



## DESCREVENDO 32 VOLTAS AO REDOR DE RÁ<sup>1</sup>: FRAGMENTOS DE EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS POR UM BIÓLOGO NEGRO DESDE SUA GRADUAÇÃO EM 1982/1986 À SUA TITULARIDADE EM 2018

*José Antonio Novaes da Silva<sup>2</sup>*

**Resumo:** Apresento neste artigo autobiográfico alguns momentos de minha trajetória como professor/ativista e pesquisador. Ao longo de 32 voltas ao redor de Rá, concluí a graduação em Ciências Biológicas (1986), o Mestrado em Biologia Celular (1988) e o Doutorado em Bioquímica (1999), respectivamente, na UEL, UNICAMP e USP. Iniciei minha carreira como professor universitário na Unicamp. Desde 1989, trabalho na UFPB e ao longo da minha jornada com atividades de ensino, pesquisa e extensão, passei, paulatinamente, a inserir em meus programas de aula e projetos temas relativos à saúde da população negra antes mesmo da promulgação da Lei 10.639/2003. Ao longo deste período como professor universitário, além de reorganizar e reorientar meu processo formativo tornando-o racialmente engajado, tive a oportunidade de contribuir para a formação de discentes dos cursos de Ciências Biológicas, Farmácia, Medicina, Nutrição, Psicologia, Fisioterapia e Educação Física com temas e assuntos relacionados à população negra. Atuei ainda de forma articulada com o Movimento Social Negro, num percurso que também me propiciou algumas publicações. Após 29 voltas ao redor de Rá, em dezembro de 2018, conquistei a posição de Professor Titular.

**Palavras-chave:** Carreira docente. Lei 10.639/2003. Ensino de Biologia. Saúde da População Negra.

### DESCRIBING 32 LAPS AROUND RA: FRAGMENTS OF EXPERIENCES OF A BLACK BIOLOGIST FROM HIS UNDERGRADUATE COURSE IN 1982/1986 TO HIS TITLE IN 2018

**Abstract:** In this autobiographical article, I present some phases of my career as a professor / activist and researcher. Over 32 laps around Ra, I completed my undergraduate course in Biological Sciences (1986), the Master's Degree in Cell Biology (1988) and the Doctorate in

---

<sup>1</sup> Ao invés de falar em anos transcorridos optei por uma linguagem afrocentrada na qual as voltas ao redor de Rá, Deus Sol para os/as *remetu kemi* (moradores/as) *Taa Meru* (Antigo Egito), representam os meus dias já vividos, as minhas experiências passadas.

<sup>2</sup> E-mail: Professor Titular do Departamento de Biologia Molecular da UFPB, onde desenvolve a partir deste e do NEABI, atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. Integrante do PPGE, orientando na Linha de Ensino/aprendizagem. Investigador em estágio Pós-doutoral junto à Universidade de Coimbra/CES no período de 06/2019 a 05/2020. E-mail: [baruty@gmail.com](mailto:baruty@gmail.com)



Biochemistry (1999), respectively, at UEL, UNICAMP and USP. I started my career as a university professor at Unicamp. Since 1989 I have been working at UFPB with teaching, research and extension activities. I gradually began to include in my class programs and projects themes related to the black population health even before the promulgation of Law 10.639 / 2003. Throughout this period as a university professor, in addition to reorganizing and reorienting my formative process making it racially engaged, I had the opportunity to contribute to the students' training in Biological Sciences, Pharmacy, Medicine, Nutrition, Psychology, Physiotherapy and Physical Education with topics and subjects related to the black population. I also worked in articulation with the Black Social Movement, so that it also provided me with some publications. After 29 laps around Ra, in December 2018, I conquered the position of Full Professor.

**Keywords:** Teaching career. Law 10.639 / 2003. Biology Teaching. Black Population Health.

### **DÉCRIVANT 32 TOURS AUTOUR DE RA: FRAGMENTS D'EXPÉRIENCES VÉCUES PAR UN BIOLOGISTE NOIR DEPUIS L'OBTENTION DE SON DIPLÔME EN 1982/1986 JUSQU'AU TITRE DE PROFESSEUR TITULAIRE EN 2018**

**Résumé.** Dans cet article autobiographique, je présente quelques moments de ma carrière en tant qu'enseignant / activiste et chercheur. C'est tout au long de 32 tours autour de Ra que j'ai obtenu mon diplôme de premier cycle en Sciences Biologiques (1986), ma maîtrise en Biologie Cellulaire (1988) et mon Doctorat en biochimie (1999), respectivement à l'UEL, à l'UNICAMP et à l'USP. J'ai commencé ma carrière en tant que professeur d'université à l'Unicamp et, depuis 1989, je travaille à l'UFPB. Tout au long de mon parcours, j'ai travaillé avec des activités d'enseignement, de recherche et projets d'extension universitaire, puis, j'ai commencé à insérer des sujets liés à la santé de la population noire avant même la promulgation de la Loi 10.639/2003. Pendant toute cette période en tant que professeur d'université, en plus de réorganiser et de réorienter mon processus de formation pour le rendre engagé du point de vue de la race noire, j'ai eu l'occasion de contribuer à la formation d'étudiants dans les domaines des Sciences Biologiques, Pharmacie, Médecine, Nutrition, Psychologie, Physiothérapie et Éducation Physique sur des thèmes et sujets liés à la population noire. J'ai également collaboré avec le Mouvement Social Noir et, pendant ce parcours, j'ai pu écrire et publier quelques articles. En décembre 2018, après 29 tours autour de Ra, j'ai été nommé Professeur Titulaire.

**Mots-clés:** carrière d'enseignant. Loi 10.639/2003. Enseignement de Biologie. Santé de la population noire.

### **DISCRIBIENDO 32 VUELTAS ALREDEDOR DEL RÁ: FRAGMENTOS DE EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS POR UN BIÓLOGO NEGRO DESDE SU LICENCIATURA EN 1982/1986 Y SU TITULARIDAD EN 2018**

**Resumen.** Presento en este artículo autobiográfico algunos momentos de mi trayectoria como professor/activista y investigador. A lo largo de 32 vueltas alrededor del Ra concluí la licenciatura en Ciências Biológicas (1986), la Maestría en Biología Celular (1988) y el Doctorado en Bioquímica (1999), respectivamente en la UEL, UNICAMP y USP. Comencé mi carrera como professor universitário en la Unicamp y desde 1989 trabajo en la UFPB. Durante mi jornada laboral con actividades de enseñanza, investigación y extensión, pasé gradualmente a introducir en mis planos de clase y proyectos con temas relativos a la salud de



la población negra antes mismo de la promulgación de la Ley nº 10.639/2003. Durante este período como profesor universitario, además de reorganizar y reorientar mi proceso formativo tornándolo racialmente encajado, tuve la oportunidad de contribuir en la formación del alumnado de los cursos de Ciências Biológicas, Farmacia, Medicina, Nutrición, Psicología, Fisioterapia y Educación Física con cuestiones relativas a la población negra. Sin embargo, actué de forma articulada con el Movimiento Social Negro, en un trayecto en que también proporcionó a mí algunas publicaciones. Después de 29 vueltas alrededor del Rá, en Diciembre de 2018 conquisté la posición de Profesor Titular.

**Palabras clave:** Carrera docente. Ley 10.639/2003. Enseñanza de Biología. Salud de la Población Negra.

### **GIRI-SO<sup>3</sup>: PALAVRAS INICIAIS**

Nesta volta ao passado, busco deixar explícito que parto de uma racionalidade elaborada a partir do lugar social, político e identitário de um homem negro proveniente de família de classe popular, que residiu na periferia de Londrina, Norte do Paraná, onde sentiu na pele o queimar da discriminação racial, desde as semanas iniciais de minha formação escolar ainda no ensino primário em 1968. A discriminação a qual eu, inicialmente, não entendia, não me impediu de usar meu cabelo *black* no longínquo ano de 1980, e por não usar uma máscara branca sobre meu rosto negro eu sentia que era um dos elementos a edificar a mudança. De acordo com Fanon (2008, p. 29), o fato de me sentir “estranho ao mundo do esquizofrênico ou do impotente sexual, em nada muda a realidade deles”, os/as outros/as, pois, se encontram trancafiados/as em seu universo e enfrentar a “esquizofrenia” da discriminação exigira a ação de outros/as semelhantes a mim. Porém a exata dimensão do que me ocorria somente veio a partir de 1982, quando tive acesso ao livro “O *Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado*” de Abdias Nascimento (1914-2011). A leitura funcionou como um amálgama para o meu sentimento e um catalizador para as leituras a respeito do tema que vinha fazendo a partir do primeiro ano do colegial em 1975 bem como de reportagens publicadas na mídia escrita. A tal “democracia racial” era uma “metáfora perfeita para designar o racismo no estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos” (Nascimento, 1978, p. 93). No presente texto, enveredo pelas sendas da autobiografia, firme e confiante nas palavras de Dosse (2009, p. 229) para quem vivemos

---

<sup>3</sup> Léxico originário do povo Dogon que habita o Mali e Burquina Faso, dois territórios da África Ocidental: “antepalavra”, momento em que se teria acesso às informações mais descritivas e básicas (Karenga, 2009, p. 341).

tempos “mais sensíveis às manifestações da singularidade, que legitimam não apenas a retomada de interesse pela biografia como a transformação do gênero num sentido mais reflexivo”. Trilhar por essas veredas foi complexo, porém, com o decorrer do tempo e do desenvolvimento da escrita, pude me encontrar em Passegi (2010, p. 118) a qual observa haver uma evolução “conforme o narrador vai avançando no processo de apropriação do ato de biografar-se”.

Esta (re)descoberta do tempo passado, aquele, que de acordo com Domingos (2011, p. 6), é capaz de “provocar a evolução bem como mudanças, e sendo ele multiforme e pluridimensional, apresenta-se como um presente, longínquo voltado para a construção de um futuro”, aqui entendido a partir de Domingos (2011, p. 06) como “tempo que está à frente, marcado pelas intensões do presente ativo”, tem sido uma importante marca em meu fazer acadêmico, o que tem contribuído sobremaneira para as minhas (res)significações e metamorfoses as quais buscam não apenas dialogar a respeito de diferentes conteúdos, mas também preparar os/as discentes para a cidadania e respeito à diversidade, pois entendo o aprender como “o confronto entre a realidade objetiva e os dissemelhantes significados que cada pessoa constrói acerca dessa realidade, considerando as experiências individuais e as regras sociais existentes” (Antunes, 2012, p. 32). Para mim, o ato de ensinar não é algo unidirecional que parte de alguém que “sabe” em direção de outra pessoa que “não sabe”, mas sim a criação de “um âmbito experiencial” (Moraes, 2010, p. 43).

Tendo como ponto de partida estes conceitos sobre o tempo passado, presente e futuro, é fundamental que se tenha em mente que minha atuação em sala de aula foi, ao longo das muitas voltas ao redor de Rá, metamorfoseando-se de um processo técnico e calcado no natural para o educativo, dialógico e de perspectiva histórica e humanista, no qual o continente africano e seus diferentes povos e contribuições passaram a ser imprescindíveis, um processo do qual passaram a fazer parte diferentes cientistas negros/as. Concordo, pois, com Moraes (2010, p. 41), quando ela nos afirma que educar é “enriquecer a capacidade de ação e de reflexão do ser aprendente; é desenvolver-se em parceria com outros seres”, isto é, uma conceituação que se fortalece ao levarmos para a sala de aula também um posicionamento político, uma visão de mundo, o que me permite entender a educação como sendo um direito humano por meio do qual discursos são acessados e difundidos. Sendo assim, busquei levar para a sala de aula, ao longo de todo o meu período como docente, falas



e posicionamentos que fossem além do “mero” conteúdo ao qual o horário e o rigor da disciplina exigiam que eu levasse.

Nem sempre consegui relatar datas específicas, pois a memória longa "ignora a cronologia rigorosa" (CANDAL, 2016, p. 87). Assim trago uma narrativa do possível ciente de que também trabalhei sob a influência do esquecimento, um sensor "indispensável à estabilidade e à coerência da representação que um indivíduo ou membros de um grupo fazem de si próprios" (CANDAL, 2016, p. 127). Com o transcorrer do tempo, este escultor de possibilidades, fui acumulando memórias sem as quais “o sujeito se esvazia, vive unicamente o momento presente, perde suas capacidades conceituais” (CANDAL, 2016, p. 59) e sem a memória acredito que não haveria a possibilidade de construções identitárias. Dessa feita, a identidade vai sendo (re)construída, (re)elaborada, metamorfoseada ao longo do tempo e também contribui para a (re)interpretação da própria memória e dos momentos experienciados no passado. Nessa linha de raciocínio e em concordância com Ciampa (2001, p. 157), “as personagens são vividas pelos atores que as encarnam e que se transformam à medida que vivem suas personagens”, e assim vive-se em um processo de metamorfose, aqui entendida de acordo com Ciampa (2001) como sendo um processo contínuo que passa a transcorrer desde o nascimento e acompanha a pessoa até a morte do indivíduo até o momento de sua morte biológica. Não somos, porém estamos sendo, nos (re)constituindo como algo inacabado.

Essa volta ao tempo decorrido, essas recordações de minhas atividades são influenciadas pelo que fui me tornando ao longo do tempo e principalmente com os pensamentos que tenho hoje, pois lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar com imagens e ideias de hoje as experiências do passado (Soares, 2001).

Recuperar este tempo pretérito, quase que de forma arqueológica, não quer dizer que eu esteja dizendo toda uma verdade, pois, de acordo com Lacan (1993, p. 11, *apud* FERREIRA, 2012, p. 127), “não [a digo] toda, porque dizê-la toda não se consegue. Dizê-la toda é impossível, materialmente: faltam as palavras. É justamente por esse impossível que a verdade provém do real”. Trago elementos que permitem uma determinada datação, às vezes mais precisa, outras vezes não, mas artefatos que serão avaliados à luz de uma interpretação a qual é feita a partir do presente, sem, no entanto, me desfazer do passado e apontando para um futuro. Uma concepção a qual vejo presente no provérbio do povo fulas<sup>4</sup>: “quem conhece o ontem e o hoje, conhecerá o amanhã, porque o fio tecelão é o futuro, o pano tecido é o

---

<sup>4</sup> Conjunto de populações da África Ocidental, actualmente localizadas principalmente do Senegal ao norte de Camarões (Lopes; Macedo, 2017, p. 128).



presente, o pano tecido e dobrado é o passado” (Oliveira, 2015, p. 15). Acredito que, na realidade, eu apresente não uma memória, mas uma metamemória, ou seja, “uma representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, o conhecimento que tem dela e, de outro, o que diz dela” (Candal, 2016, p. 23).

### **BENNE-SO<sup>5</sup>: PRIMEIROS PASSOS**

#### **• DA GRADUAÇÃO À DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA**

A escolha da Biologia, em 1982, não se deu por eu ter sido um aluno prodígio ou que me sentisse predestinado a estudá-la. Bem diferente destas duas hipóteses, este campo do **saber** mostrou-se para mim como uma porta de acesso à educação universitária, uma vez que não havia logrado sucesso em três tentativas anteriores nas quais eu buscava uma vaga no curso de Odontologia. Uma vez dentro da Fundação Universidade Estadual de Londrina (FUEL), fui descobrindo suas esferas, suas potencialidades e o que inicialmente era uma estreita porta de entrada, tornou-se um largo portal com uma riqueza de possibilidades profissionais. A primeira oportunidade que tive para edificar a diferença, no campo das relações raciais, surgiu ainda em 1982, quando na disciplina Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB), e incentivado pelo livro de Abdias do Nascimento, solicitei à professora Maria Nalim que meu seminário fosse sobre o racismo no Brasil. Recebi, inicialmente, o tempo de 15 minutos, que se transformou em uma hora, que passou para toda uma tarde e que se repetiu por 3 tardes consecutivas. Foi o primeiro passo de uma temática sobre a qual discuto e trabalho até os dias atuais e que pavimentou a minha inserção no Movimento Social Negro (MSN) bem como o transcorrer de minha vida acadêmica.

Mesmo com o meu engajamento com o MSN, eu divisava um futuro como um biólogo, sensível às questões sócio-raciais, porém com um pleno envolvimento com os vários aspectos voltados/ligados à Biologia. Com o transcorrer do tempo, desenvolvi uma “nova forma de olhar que me fez ver a vida e não somente os seres vivos” (Portocarrero, 2000). Nesse período inicial de minha formação, jamais imaginaria que me tornaria um intelectual ativista com forte atuação na Educação para as relações raciais e que teria contribuições na articulação nestas duas áreas do saber. Hoje percebo que já trazia no coração o pensamento expresso por Freire (1992):

---

<sup>5</sup> Léxico originário do povo Dogon que habita o Mali e Burquina Faso, dois territórios da África Ocidental: “palavra do lado” - que leva a uma troca de informações mais aprofundadas (Karenga, 2009, p. 346).



E não se diga que, se sou professor de Biologia, não posso me alongar em considerações outras, que devo *apenas* ensinar biologia, como se o fenômeno vital pudesse ser compreendido fora da trama histórico-social, cultural e política. Como se a vida, a pura vida, pudesse ser vivida de maneira igual em todas as suas dimensões na favela, no cortiço ou numa zona feliz dos “Jardins” de São Paulo. Se sou professor de biologia, obviamente, devo ensinar biologia, mas ao fazê-lo, não posso seccioná-la daquela trama (FREIRE, 1992, p. 74).

Da metade de meu curso em diante, já certo de querer ser professor, lembro que, por mais de uma vez, procurei instituições de ensino as quais éramos avisados/as que precisavam de um/uma docente para Biologia, porém nunca logrei sucesso nessas minhas empreitadas. Embora de forma especialmente difícil, observava que colegas de curso, todos/as eles/as brancos/as e na sua maioria voltados a cursarem Medicina ou Odontologia, por exemplo, ficavam com estas vagas. Em uma dessas ocasiões, nem mesmo fui entrevistado, pois bastou que eu me apresentasse para ouvir que a posição já havia sido preenchida, mesmo tendo gastado, há menos de 30 minutos, uma ficha telefônica e ter ligado para a escola para saber a respeito da vaga. Nesses momentos, o que influenciava demasiadamente era ter alguém que indicasse, que estivesse por trás do/a pretendente à função e também ser branco/a ou descendente de orientais. A cada **não**, por algum tempo, eu me sentia “desancado, desconjuntado, demolido, todo enlutado” (Fanon, 2008, p. 106), como se eu fosse um ser que deveria ser evitado. Eu “tinha racionalizado o mundo e o mundo tinha me rejeitado em nome do preconceito de cor” (Fanon, 2008, p. 113). O tratamento que recebia fez “nascer em mim lâminas de aço. Com o passar do tempo, após dura e lentamente vencer o medo e o silêncio, tomei a decisão de me defender [...] mostrar ao branco que ele estava errado” (Fanon, 2008, p. 110).

No ano de 1985, vendo o aproximar da formatura, passei a me interessar pelos processos intracelulares e como os mesmos influenciariam a formação de macromoléculas. Nesse momento, também não houve uma predestinação. Além do atrativo que acabo de citar, pesou também a maior possibilidade de atuação neste campo da Biologia. Assim minha opção para a Biologia Celular foi de cunho estratégico e visava ainda a uma maior possibilidade de entrada no mundo do trabalho, quem sabe até como um professor universitário. Em relação à futura meta, cursar uma pós-graduação, tive como grandes incentivadores/as os/as docentes da FUEL: Célia Tardelli e Jair Tonon. Esse novo interesse me levou a fazer seleção, em dezembro de 1985, para o mestrado em Biologia Celular no Instituto de Biologia da

Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, tendo obtido a aprovação em segundo lugar. Nesta instituição de ensino, no segundo semestre de 1986, novamente na disciplina EPB, tive a oportunidade de fazer um seminário voltado para as questões raciais no Brasil.

Com o passar do tempo, fui me firmando academicamente dentro do curso devido à seriedade e compromisso com o qual me envolvia com as questões acadêmicas. Esses foram pontos fundamentais para que em 19 de outubro de 1987 eu fosse contratado como Técnico em Didáticas<sup>6</sup>, cargo que era equivalente em salário e em atividade ao nível de professor (MS I), junto ao Departamento de Biologia Celular da UNICAMP, onde permaneci até 04 de julho de 1989.

### • UFPB: ENSINO NA GRADUAÇÃO PRESENCIAL E A DISTÂNCIA

Em agosto de 1988, realizei e fui aprovado em concurso público de provas e títulos para uma vaga para o nível de Assistente nível I, para o Departamento de Biologia Molecular (DBM) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Chegar ao antigo Departamento de Pessoal da UFPB, no final de maio de 1989, exigiria um pouco mais do que eu estava imaginando. À época, o atual prédio no qual funciona o DBM, havia um balcão, o que seria uma recepção onde um funcionário ali instalado impediu a minha entrada, num ato que, para mim, foi pura e simplesmente discriminação, pois ainda não faz parte do imaginário de grande parte de nossa sociedade, a existência de docentes universitários/as negros/as. Somente tive acesso às dependências do Departamento após voltar até à Cantina Pioneira e de lá, a partir de um orelhão, ligar para a chefia avisando de minha chegada, sendo que os reais motivos que levaram o então servidor a agir daquela forma nunca foram completamente explicados.

A partir de minha contratação, passei a seguir os ditames da carreira docente e de forma regular elaborava e submetia à Comissão de Ascensão Funcional do DBM o meu relatório de progressão. Assim, no segundo semestre de 1991, avancei de professor Assistente I para Assistente II uma vez que “fiz a opção pela vida universitária, implica aceitação das regras do jogo” (Soares, 2001, p. 23). Porém tendo em vista que, dentre os meus papéis, [como] professor universitário competia “confrontar, polemizar e criticar como atitudes previstas e louváveis na linha de frente da produção acadêmica” (Rego, 2014, p. 788), tive a

---

<sup>6</sup> Categoria de contratação das universidades paulistas a qual era utilizada para a vinculação profissional de docentes em regime temporário. Os contratos eram reavaliados anualmente e podiam ou não serem renovados.



oportunidade de ir contra estas regras com o objetivo de aperfeiçoá-las, pelo menos em três oportunidades, quando participei, como integrante do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), da reelaboração da Resolução da UFPB, para a realização de concursos públicos para docentes bem como da implantação das Políticas de Ações Afirmativas nos cursos de Graduação, no ano de 2010 e da Pós-Graduação no ano de 2016. Com o passar dos anos e com as consecutivas progressões que fui conquistando, alcancei, em 04 de dezembro de 2018, a posição de professor Titular.

Cheguei à UFPB em meio a uma greve e levou algum tempo para que eu, de forma realmente definitiva, atuasse em sala de aula. Minhas duas primeiras turmas foram nos cursos de Farmácia e de Educação Física, tendo lecionado Biologia Celular em ambas. Não podia haver dois conjuntos mais distintos de alunos/as. Aprendi na prática que este componente curricular e que a célula, propriamente dita, poderiam ser vistas, entendidas, estudadas e aplicadas a contextos educacionais completamente diferentes. Sem que me desse conta, estava diante de uma situação na qual estavam presentes a complexidade e a diversidade sociocultural, entre os dois grupos, que iriam exigir procedimentos e posturas diferenciadas no sentido de realmente cumprir meu papel nos processos de ensino e aprendizagem.

O que se apresentou como sendo um grande desafio, já a partir do segundo semestre como docente na UFPB, foi lecionar a disciplina Biologia Molecular do Desenvolvimento. Inicialmente, antes de meu afastamento para a realização do curso de doutorado em Bioquímica no Instituto de Química da Universidade Estadual de São Paulo, em 1990, as turmas eram divididas entre mim e a professora Maria Cristina de Manhães Bonato. Após o retorno do doutorado (1992 e 1997), voltei a assumir as turmas dessa disciplina, porém nessa nova etapa já se dispunha de um acervo bibliográfico mais amplo para se trabalhar a disciplina, pois havia livros específicos para o tema em nosso idioma.

Em termos de recursos didáticos, nas salas de aula, tínhamos o retroprojetor, usado de forma frequente. Já para dados momentos, tais como uma revisão para uma prova, utilizávamos de um projetor de slides e havia um único apetrecho desses para todo o DBM. Uma possibilidade que passou a se fazer presente foi a utilização da sala de projeção de vídeos da Biblioteca Central, uma vez que essa se mostrava equipada com dois aparatos recentemente introduzidos na seara educacional: a televisão e videocassete. Corriqueiramente, nos dias sem chuva, deslocava-me do DBM ao Centro de Ciência da Saúde (CCS), a pé, levando nas mãos o retroprojetor e, por mais de uma vez, fui abordado pela segurança da



instituição que exigia de mim uma autorização para transitar com o equipamento. “Estranhamente” numa dessas interpelações, a tal permissão foi solicitada somente a mim e não a um professor branco que, momentos antes, havia acabado de cruzar com o segurança. Acabava de ter vivenciado mais um ato de discriminação racial no meu ambiente de trabalho.

Antes mesmo da promulgação da Lei 10.639/2003, entre 1997 e 1999, trabalhava com as turmas de Medicina e Farmácia inserindo temas ligados à Saúde da População Negra. Os assuntos que permeavam as discussões, inicialmente, foram: hipertensão arterial (aula de membrana), anemia/doença falciforme (aulas de citoesqueleto e núcleo celular), câncer de próstata e os miomas uterinos (aula de núcleo celular). A articulação, aqui realizada, permitiu “me reconhecer em minhas próprias ideias” (Morin, 1977, p. 08). Uma ação que me levou à reflexão de meu papel como docente me fortalecendo a dar continuidade à junção dos dois temas. Essa atuação foi fundamental para que, por intermédio de José Marmo (1954-2018) e de Jurema Werneck, eu pudesse realizar formações voltadas para a saúde da população negra.

Com uma das turmas de Medicina, passei por um momento extremamente difícil. No primeiro dia de aula, adentrei a sala e me apresentei para os/as acadêmicos/as do curso e uma voz que não imagino de onde saiu falou: “quem já viu professor universitário desta cor. É trote”. A turma praticamente toda, quase que de imediato, se retirou da sala. Os/As poucos/as que ficaram também saíram incentivados/as pelos/as veteranos/as que aguardavam do lado de fora da sala, por conseguinte, o riso, a zombaria eram generalizados. Assim, de forma tão marcante e intensa, foi a primeira vez que a discriminação racial e eu nos encontramos em sala de aula. Outros momentos ocorreram, por exemplo, junto ao curso de Engenharia de Alimentos, Ciências Biológicas e, novamente, junto ao curso de Medicina. Hoje, já transcorridas algumas voltas ao redor de Rá dos acontecimentos, os vejo sob a perspectiva de Audre Lorde (2003), a qual nos afirma que na “na medida em que pretendemos utilizar os resultados do escrutínio para fortalecer nossa existência, os medos que regem nossas vidas e conformam nossos silêncios começam a perder o domínio sobre nós” (Lorde, 2003, p. 13).

No ano de 2006, participei ativamente de duas ações diferentes. Na primeira, integrei a comissão que efetivou a separação do curso de Bacharelado em Ciências Biológicas em dois: o Bacharelado e o de Licenciatura. A segunda foi meu envolvimento, juntamente com outros/as ativistas do MSN, quando da implantação da Lei 10.639/2003 no município de João Pessoa. Assim, na capital paraibana, ampliamos a aplicação deste marco legal para todas as áreas do conhecimento, havendo ainda a obrigatoriedade que a temática fosse levada para a

sala de aula pelo menos uma vez a cada bimestre. A negociação visando à implantação/implementação desta normatização pode ser lida em Rocha e Silva (2013).

Desde 2006, venho atuando como docente do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas e tenho aproveitado a oportunidade para trabalhar a saúde da população negra de forma interseccional com a disciplina Biologia Celular. Inicialmente, os temas eram discutidos em sala de aula, e a preocupação era apresentar um grupo humano vulnerável, bem como as bases celulares das morbidades prevalentes neste grupo humano. Esta estratégia culminou com o interesse de estudantes pela temática e com o desenvolvimento de Trabalhos Acadêmicos de Conclusão de Curso (TACC). Aqui elenco os desenvolvidos por Karina Maria de Souza Soares<sup>7</sup> (2006), Maria Antônia Rego Freitas (2008)<sup>8</sup>, Jackeline Santos de Medeiros (2011)<sup>9</sup> e Maria de Fátima Dantas (2014)<sup>10</sup> que trabalharam, respectivamente, com HIV/Aids, doença falciforme, sífilis e hipertensão arterial.

A articulação da saúde da população negra com o processo de ensino/aprendizagem de Biologia Celular, após a promulgação da Lei 10.639/2003, pautou-se nas orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais, as quais afirmam que “o olhar do educador poderia recair sobre os estudos de epiderme, genes, constituição capilar, questões específicas da saúde da população afrodescendente, tais como pressão arterial elevada e os males que causam, além da anemia falciforme” (Brasil, 2006, p. 196). Assim, trouxe para a sala de aula, os temas discutidos, entre 1997/1999 junto à Medicina e à Farmácia, com a introdução, nas aulas sobre mitocôndrias, de uma discussão a respeito da origem da humanidade em África, na qual discorria sobre a Eva mitocondrial. Outra novidade foi a utilização do metabisulfito para provocar ou não a falcização de eritócitos humanos, numa aula prática de baixo custo e que permite a identificação da presença ou não da anemia/doença falciforme.

A partir de 2016, introduzi nas aulas teóricas cientistas negros/as que tivessem dado contribuições para o campo da Biologia. Passei a citar nomes tais como: Manoel Maurício Rebouças (1799-1866 ou 1800-1862), Tito Livio de Castro (1854-1889) e Ernest Everett Just (1884-1941), os quais eram citados nas aulas de Membrana plasmática, Microscopia e Complexo Golgiense, respectivamente. Esta introdução passou a ser realizada, pois a Ciência

---

<sup>7</sup> Homens positHIVos: a cor da vulnerabilidade masculina na Grande João Pessoa-PB.

<sup>8</sup> Percepção das equipes multiprofissionais das áreas de educação e saúde sobre a doença falciforme em Pau dos Ferros-RN.

<sup>9</sup> Sífilis gestacional, congênita e HIV em gestantes notificadas por uma maternidade pública de João Pessoa (2009/2010).

<sup>10</sup> Condições socioambientais, econômicas e de saúde da população atendida pela USF Mandacaru IX, João Pessoa - PB.



é uma atividade humana que é eminentemente dominada por homens brancos e, na “maioria das vezes, quando falamos em Ciência, é totalmente desconsiderada a dimensão de Ciência e tecnologia dos povos pré-colombianos, africanos, indígenas etc.” (Francisco Júnior, 2008, p. 405) bem como a presença de pessoas representantes desses grupos humanos na produção científica. Período após período, é grande a surpresa dos/as discentes ao tomarem conhecimento da presença desses cientistas negros/as em um período histórico no qual as pessoas desta cor seriam, unicamente, escravizadas e envolvidas em trabalhos braçais. Essas inserções me auxiliaram muito na tentativa da modificação de uma realidade, pois, de acordo com Franz Fanon (2008, p. 33), o “problema não é mais conhecer o mundo, mas transformá-lo”.

Nas aulas práticas, passei a demonstrar a ação de corantes em plantas que sabidamente vieram do continente africano, tais como *Aloe vera* (babosa), *Abelmoschus esculentus* (quiabo) e *Dioscorea trifida* (inhame). Um vegetal que já fazia parte de minha rotina didática, a *Tradescantia Spathacea* (abacaxi-roxo), continuou a ser utilizado, porém passei a informar para os/as discentes que o mesmo também era conhecido como espada de *Oya*, numa referência ao uso da planta em rituais do Candomblé. Para poder demonstrar para os/as discentes a existência de células com uma morfologia bem inusitada, fora do tão decantado formato geométrico, passei a me utilizar de fragmentos de folha da planta *Kalanchoe brasiliensis*, conhecida popularmente como saião, mãe de milhares ou folha-de-costa. A preservação tecidual é de fundamental importância para a Biologia Celular e com base nisso, desenvolvi uma metodologia por meio da qual os/as estudantes aprendem a realizar o processo de mumificação artificial utilizando uma mistura de sal de cozinha com bicarbonato de sódio, que juntos mimetizam o natrão o qual era utilizado pelos/as *remetu kemi* (Silva, 2015).

Tive minha iniciação na educação a distância em 2008 junto ao Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. Inicialmente, eu via esta modalidade de ensino com certa ressalva, porém minha visão sobre tal modalidade de ensino começou a se alterar a partir do momento que passei a ter contato presencial com os/as discentes e deparei-me com um número significativamente importante de pessoas negras (pretas e pardas), ou seja, estava diante de uma população historicamente distante de cursos superiores em instituições públicas de ensino. A constatação da origem “racial” de grande parte dos discentes foi confirmada quando da tabulação dos/as alunos/as que ingressaram na UFPB. Paulatinamente, fui tomado



pelo encantamento quanto às possibilidades dessa modalidade de ensino/aprendizagem, que, para este início, contava com uma organização de aulas presenciais, visitas aos polos de forma regular. Tornei-me um entusiasta dessa modalidade e cheguei mesmo a cogitar fazer um pós-doutoramento nesse campo. Para poder atender a essa modalidade de ensino, desenvolvi uma série de aulas práticas as quais poderiam ser realizadas nas cozinhas das casas, denominando-as de “Faça você mesmo”.

A Lei 10.639/2003 tornou obrigatória a presença de temas ligados à população negra em todos os estabelecimentos de ensino, sejam os públicos, sejam particulares, dos níveis Fundamental e Médio. Dos vários desdobramentos deste marco legal, podemos citar a Resolução nº 016/2015 do CONSEPE/UFPB<sup>11</sup>, a qual assevera em seu artigo 26 que a “composição curricular de todos os Cursos de Graduação, presenciais e a distância, deve contemplar o componente curricular Educação das Relações Étnico-Raciais nos Cursos de Graduação, modalidades Bacharelado e Licenciatura da UFPB”. A normatização ocorrida oficializou uma antiga prática que já vinha ocorrendo em minha atividade docente, qual seja a articulação dos diferentes assuntos desenvolvidos na sala de aula com temas relacionados à população negra. Esta ação política levada a efeito no chão da escola tem por base o princípio proposto por Frantz Fanon de agir/pensar/agir, o qual foi apresentado de forma resumida por Lippold (2016).

- **NO MEIO DO CAMINHO TINHA UMA TESE. TINHA UMA TESE NO MEIO DO CAMINHO<sup>12</sup>**

Iniciei meu doutoramento no segundo semestre de 1992 no Instituto de Química da Universidade de São Paulo (USP), sob a orientação do Dr. José Carlos da Costa Maia (1937-1994), ou apenas Maia, para os que lá trabalhavam e/ou eram de sua convivência profissional. O ambiente do Instituto era, e acredito que ainda seja, muito eclético e, com muita facilidade, encontrávamos pessoas das mais diferentes nacionalidades. Era como se ali estivesse um mundo todo. Esta presença do diverso, constatável nos sotaques, idiomas, roupas e falares, nem sempre era algo que se concretizava no que tange ao respeito de determinadas nuances da diversidade humana. Um ponto para o qual chamo a atenção é como a parcela de uma elite

---

<sup>11</sup> Disponível em: <[http://www.prg.ufpb.br/prg/codesc/documentos/legislacao/rsep16\\_2015.pdf/view](http://www.prg.ufpb.br/prg/codesc/documentos/legislacao/rsep16_2015.pdf/view)>. Acesso em: 12 mai. 2018.

<sup>12</sup> Paráfrase do poema de Carlos Drummond de Andrade: *No meio do caminho*.

intelectual, sem ter maiores conhecimentos e/ou aprofundamentos, se posicionava, seguindo meramente o senso comum, contra as Políticas de Ações Afirmativas.

Meu projeto inicial estava voltado para a purificação da enzima Glicosamino-6-fosfato amidotransferase a partir do fungo *Blastocladiella emersonii*. Uma empreitada que fui descobrindo ao longo dos meses e dos extenuantes trabalhos de bancada, a qual se mostrava extremamente complexa e plenamente dentro dos limites do impossível dada a alta instabilidade da enzima que perdia completamente a atividade biológica após os primeiros passos de purificação. Com este desaparecimento, também se esvaía a capacidade que se tinha de detectá-la, o que inviabilizava o avanço do processo de purificação. No momento da desistência das técnicas clássicas da Bioquímica, o Dr. Maia assim se dirigiu a mim e expressou: “professor, agora só sequenciando”, referindo-se à mudança de abordagem da Bioquímica Clássica e à perspectiva de entrada nas veredas da Biologia Molecular, e os resultados iniciais grandemente desanimadores colocaram-me diante de uma diversidade de possibilidades dignas “do labirinto secreto imaginado por Umberto Eco em O Nome da Rosa” (Haraway, 1995, p. 11-12).

Foi um período de muita labuta e de dificuldades nos campos pessoal e profissional. Com o falecimento do professor Maia e profundamente desmotivado com os insucessos do trabalho, cheguei mesmo a cogitar o trancamento de minha matrícula e o retorno para João Pessoa. Fui demovido da ideia por minha companheira Solange Rocha que usou uma série de argumentos, que foram do financeiro ao político-racial, os quais me convenceram a permanecer vinculado ao Instituto de Bioquímica da USP (IQ-USP).

Com o término de meu afastamento da UFPB, em 1997, reassumi as minhas atividades didáticas retornando para São Paulo e para o IQ-USP durante minhas férias e recessos. Entre essas idas e vindas, realizei o meu exame de qualificação, em 14 de setembro de 1998, e escrevi a tese.

No sábado que antecedeu minha viagem para São Paulo, com o objetivo de defender minha tese em sessão pública, participei de uma reunião do MSN na sede da Pastoral do Negro. Ao final do encontro, a professora Dra. Vânia Fonseca<sup>13</sup> proferiu uma fala a respeito de minha defesa e que, em breve, teríamos um novo doutor negro. Tomado pela emoção e pela lembrança de um infeliz encontro tido no aeroporto de São Paulo, no qual um “colega” do IQ-USP previa minha reprovação, não contive as lágrimas e com profunda sinceridade

---

<sup>13</sup> Docente na Universidade Estadual da Paraíba.



disse que talvez os votos, a mim desejados, não se concretizassem. Imediatamente, Vânia puxou um cântico em *Yorubá*, o “Negrum da noite”, quando foi seguida pelas demais pessoas, ocasionando uma extrema paz e tranquilidade.

A tese intitulada “Clonagem e sequenciamento do gene da enzima L-glutamina: D-frutose-6-fosfato amidotransferase de *Blastocladiella emersonii*” foi apresentada e aprovada no dia 04 de maio de 1999, sob a orientação da professora Maria Aline da Silva. Finalmente, na condição de doutor, novos caminhos surgiram. Transcorridas já 20 voltas (2019) em torno de Rá de minha apresentação pública da tese, ainda sou assombrado com “sonhos” nos quais continuo a trabalhar no laboratório de bioquímica da USP, completamente vazio de pessoas, entre frascos, vidrarias, reagentes e equipamentos realizando experimentos que não tinham mais fim.

#### • PESQUISA, EXTENSÃO, PÓS-GRADUAÇÃO E TUTORIA NA UFPB

Iniciei minha caminhada pela pós-graduação atuando no curso de Mestrado em Nutrição do CCS, onde além de orientar, ofertava a disciplina Bioquímica da Nutrição. Após me desligar dessa pós-graduação, atuei também por quatro semestres (2002-2006) no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), no qual orientei a dissertação da discente Irany Silva de Souza<sup>14</sup>, apresentada no ano de 2005. O trabalho foi realizado junto à comunidade quilombola Caiana dos Crioulos, localizada no município de Alagoa-Grande/PB.

No ano de 2007, fui enviado como representante do Curso de Ciências Biológicas para fazer uma palestra, junto com outros/as profissionais da UFPB, no Colégio Sesquicentenário, para, no meu caso, discursar a respeito da atuação do/a biólogo/a. Ao longo da minha interposição, além de discorrer sobre os aspectos mais tradicionais da profissão, exaltei também a importância social e cidadã dos/as biólogos/as. Nessa mesa estava presente uma professora, à época coordenadora da Pós-Graduação em Ciências das Religiões da UFPB. Ela me fez o convite para eu me credenciar no curso, algo que prontamente aceitei e passei a orientar dissertações nas linhas de: 1) Espiritualidade e Saúde e 2) Cultura e Produções Simbólicas. Na primeira linha, orientei as dissertações de Mariâni de Oliveira e

---

<sup>14</sup> Verificação de características biológicas de *Pithecellobium dulce* Benth. Mimosoideae para formação de banco de sementes.



Silva<sup>15</sup> (2012), Saionara Ferreira Araújo dos Santos<sup>16</sup> (2011) e Paulo Emanuel Silva<sup>17</sup> (2009), em que nos três trabalhos a aids foi discutida sob os recortes de gênero de “raça”/cor. Na segunda linha, destaco as pesquisas de Sócrates Pereira Ferreira<sup>18</sup> (2011) e de Vanuza Cavalcanti Fernandes<sup>19</sup> (2011) que trabalharam, respectivamente, com a Jurema Sagrada e o Candomblé. Finalmente no ano de 2012, após duas tentativas anteriores frustradas, logrei êxito ao buscar meu credenciamento junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB no qual ainda permaneço e venho orientando dissertações e teses na linha de pesquisa Processos de ensino aprendizagem, mantendo como uma das características o recorte racial.

Em 2010, fruto de um projeto financiado pelo Ministério da Saúde e voltado para a saúde da População Negra, articulei uma parceria entre a UFPB e a Organização Não Governamental (ONG) Bamidelê – Organização de Mulheres Negras/PB para submissão da seguinte proposta: “Saúde reprodutiva de mulheres negras: vulnerabilidade, percepções de saúde e tratamento às gestantes da Grande João Pessoa (Paraíba)”, sendo feita uma avaliação do Projeto Nascer Maternidades. O levantamento de dados ocorreu, tendo sido desenvolvido em duas maternidades da Capital e em unidades de Saúde da Família das localidades de Cabedelo e Santa Rita, as quais fazem parte da grande João Pessoa. Os objetivos específicos do nosso Projeto primaram por obter o perfil étnico-racial das gestantes; verificar o nível de empatia entre a paciente e a equipe de saúde; levantar o percentual de adesão dos maridos/companheiros/parceiros aos casos de profilaxia ao HIV e à sífilis; e detectar se o tratamento ministrado aos casos de sífilis estava em concordância com o preconizado pelo Ministério da Saúde.

As atividades do projeto levaram, em 2010, à publicação do livro “Gestantes Negras: vulnerabilidade, percepções de saúde e tratamento no pré-natal na Grande João Pessoa (Paraíba)”, o qual tem na capa a barriga de uma gestante negra, e, por incrível que pareça, tivemos uma grande dificuldade até chegarmos a uma capa que fosse representativa da temática e que agregasse a questão racial. As versões anteriores à apresentada traziam uma série de barrigas brancas e/ou tinham tonalidades bem distantes da negra. A justificativa da editora era de que as fotos enviadas eram feitas sob iluminação, o que impedia a real percepção da cor. Diante de uma resposta tão despropositada, enviamos para eles uma série de

---

<sup>15</sup> AIDS, religiosidade e qualidade de vida: um olhar sobre as gestantes.

<sup>16</sup> Resiliência, qualidade de vida e bem-estar espiritual em pessoas vivendo com HIV/AIDS.

<sup>17</sup> AIDS e religiosidade: influências intersubjetivas aos acometidos pela epidemia.

<sup>18</sup> A jurema sagrada em João Pessoa: um ritual em transição.

<sup>19</sup> Ilê Orixá: uma história dos cultos afro-brasileiros em João Pessoa, PB.



fotos de gestantes negras e, somente após essa “imersão”, nos foi enviada uma imagem realmente adequada à proposta do trabalho realizado.

As experiências adquiridas com as atividades do Programa de Extensão (PROBEX) levaram à minha primeira participação no Programa de Extensão (PROEXT), desta vez em uma equipe interdisciplinar, da qual faziam parte docentes de outros dois departamentos, e com financiamento para pagamento de bolsas, compra de equipamentos e para a publicação de material. A proposta de trabalho foi encaminhada em resposta ao edital do ano de 2005, com as atividades sendo desenvolvidas ao longo de 2006. O programa intitulava-se “Educação ambiental, educação sexual e educação musical na escola: formação continuada de professores de escolas públicas de ensino fundamental do município de Cabedelo-Paraíba”, tendo ficado sob minha responsabilidade as ações relacionadas à educação sexual.

No ano de 2007 e 2008, uma equipe, sob minha coordenação, tendo como integrantes as professoras da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) Ivonildes Fonseca e Solange Pereira da Rocha<sup>20</sup>, aprovou o PROEXT intitulado “Terra de Preto” na Paraíba: conhecendo e propondo melhorias nas condições sanitárias e de saúde em duas comunidades quilombolas, Caiana dos Crioulos (área rural de Alagoa Grande, localizada a 120 Km de João Pessoa/PB) e Paratibe (região urbana de João Pessoa), que, devido à dificuldade com o valor financiado, foi desenvolvido apenas na comunidade negra de Caiana dos Crioulos. Do desenvolvimento das atividades programadas resultou a seguinte publicação no ano de 2007: “Condições sanitárias e de saúde em Caiana dos Crioulos, uma comunidade Quilombola do Estado da Paraíba”.

Preciso assinalar que é um processo longo e complexo a ser superado para se desenvolver um projeto como este, sendo necessário antes que laços tenham sido estabelecidos com a comunidade. Anos antes, no ano 2001, a convite da Bamidelê: OMN/PB, que atuava junto às mulheres da comunidade, iniciei um trabalho com os homens jovens do quilombo. Discutia com eles temas ligados ao racismo, preconceito, discriminação, sexualidade, saúde reprodutiva e saúde da população negra.

As reuniões ocorriam, mensalmente, em frente à casa de um dos jovens, o Antônio, hoje uma liderança na comunidade e professor de capoeira. De encontro em encontro, passaram-se cinco anos ao longo dos quais novos integrantes chegaram, outros partiram, em busca de melhores condições de vida, principalmente para o Rio de Janeiro.

---

<sup>20</sup> Quando das atividades, a professora Solange Rocha era contratada na UEPB. Atualmente, é docente efetiva da Universidade Federal da Paraíba.



O projeto intitulado “Sexualidade, saúde reprodutiva e prevenção da violência de gênero: uma ação entre homens jovens de camada popular, residentes em uma colônia de pescadores da cidade de Lucena, localidade no estado da Paraíba”, foi desenvolvido por mim e por Renilson Freitas com um grupo de 12 jovens. As atividades foram desenvolvidas entre março de 2004 e fevereiro de 2005, e foram financiadas pela Fundação Ford. A ação foi uma parceria entre a Bamidelê, o Instituto de Referência Étnica (IRE) e a UFPB. Diferentemente de nossa experiência com os homens jovens de Caiana dos Crioulos, onde trabalhávamos de forma isolada, participávamos, neste segundo trabalho da Rede H, da qual faziam parte grupos de Fortaleza, Recife, Brasília e Rio Branco sob a coordenação dos Institutos Papai, de Recife, e Promundo localizado no Rio de Janeiro. Dessa ação, publiquei, em 2009, um capítulo de livro intitulado: “Homens jovens na seara da saúde reprodutiva: ação desenvolvida no município de Lucena-PB”.

Entre os anos de 2009 e até 2017, desenvolvi em diferentes escolas pessoenses as atividades do projeto “Construção de vídeos educativos voltados para o ensino de Citologia no 1º e 2º anos do ensino médio de duas escolas públicas de João Pessoa”. Nesse projeto, voltei-me para atividades com a Citologia.

O programa de Tutoria da UFPB teve início em 2015, sendo regulamentado pelas Resoluções nº 49/2014 e nº 16/2015, ambas do CONSEPE/UFPB. A disciplina Biologia e Fisiologia Celular mostrou-se, devido ao seu alto percentual de retenção, como um componente elencado a concorrer ao edital no sentido de obter discentes que pudessem atuar junto à cadeira com o objetivo de diminuir a reprovação. O projeto de tutoria, que no ano de 2018 entra em seu terceiro ano de desenvolvimento, intitulado: “Ensino de Fisiologia Celular: o uso de metodologias criativas e motivacionais como instrumentos para a melhoria do processo de ensino/aprendizagem”, vem buscando enfrentar as dificuldades que os/as discentes apresentam em relação ao conteúdo discutido tanto em sala de aula quanto nas aulas práticas. Ao final de cada semestre, realizo um evento no qual os/as discentes apresentam trabalhos relacionando os conteúdos discutidos com a Lei 10.639/2003.

#### **• PARTICIPAÇÕES EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E POLÍTICAS NO ÂMBITO DA UFPB**

Ocupei a Assessoria de Extensão do CCEN durante as gestões dos diretores Umbelino de Freitas Neto e José Creão Duarte entre os anos de 2009 e 2012, período que corresponde às duas gestões do docente frente à direção dessa unidade de ensino.

Em uma reunião dos assessores com o Pró-Reitor de Extensão, Orlando Vilar, após um longo e duro debate com os/as demais assessores/as, defendi que uma das bolsas da qual cada assessor/a tem direito, para desenvolver as atividades junto ao Centro de ensino no qual trabalha, fosse reservada para um/a estudante cotista. Neste mesmo período, com a vitória na eleição da professora Ierecê Maria de Lucena Rosa para a Diretoria do Centro de Ciências Exatas e da Natureza, onde sou lotado, deixei esta assessoria sendo substituído por Jane Torelli. Até onde tenho conhecimento, após a minha saída, os editais do Probex não mais reservaram bolsas para os/as alunos/as cotistas. Em 2009, também assumi a assessoria de extensão do DBM, representação que ocupei até maio de 2019.

Ainda como assessor do Centro, tenho acompanhado as reuniões que ocorrem semanalmente na PRG, junto ao Fórum de Assessores/as de Graduação, ocasião em que são discutidos diferentes assuntos relacionados aos cursos de graduação da instituição. Colaboro ainda, anualmente, com a organização da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, contribuindo para a organização das atividades dos trabalhos que são apresentados pelos/as discentes da Iniciação Científica bem como daqueles/as que participam dos projetos de Extensão Universitária.

Com o transcorrer dos semestres e dos contatos que fui mantendo, não apenas no CCEN, foi crescendo em mim o desejo de uma maior participação política no âmbito da UFPB. Em 2009, conquistei uma das duas cadeiras do CCEN no CONSEPE. No ano de 2011, dado o trabalho combativo e transparente que desenvolvi junto a este Conselho, fui mantido no cargo de conselheiro, tendo obtido 57 votos.

Minha ida para o CONSEPE foi uma estratégia discutida com um grupo de ativistas do MSN e que objetivava a introdução do debate das cotas, visando à sua aprovação no âmbito da UFPB. Por intermédio da Bamidelê: OMN, alguns encontros e discussões chegaram a ocorrer, porém não se havia conseguido uma aproximação maior para a discussão da temática com a gestão central da Universidade.

De posse de uma gama de referências positivas a respeito das cotas, das ressonâncias iniciais das primeiras discussões relativas ao tema, desencadeadas pela ONG Bamidelê, no segundo semestre do ano de 2007, iniciei uma série de reuniões com o então Pró-Reitor de



Graduação, o professor do Departamento de Física e ex-diretor do CCEN, Umbelino de Freitas Neto. No início, ele se mostrava um pouco resistente às cotas raciais, mas à medida que as conversas avançavam, ele passou a mostrar-se favorável a elas. Atendendo ao seu pedido, elaborei um relatório que mostrava o perfil étnico-racial da instituição, tendo sido apresentado ao reitor, o professor Rômulo Polari. Vencido este primeiro momento, constituiu-se uma comissão com o objetivo de elaborar a minuta de resolução que seria apresentada ao CONSEPE da UFPB. Essa fora presidida pelo Professor Umbelino, por mim e pelos/as docentes do Centro de Educação da UFPB, Severino Elias e Milva Barreto Hernández Pereira. O relatório, sem a preocupação de um tratamento estatístico, porém fortemente alicerçado em dados numéricos, foi um documento de importância estratégica.

Um dado que impactou profundamente o Professor Umbelino de Freitas foi a demonstração de que uma minoria de estudantes oriundos/as das escolas particulares ocupava grande parte das vagas ofertadas pela instituição. Os dados do INEP (2005) mostravam que uma população de discentes matriculados/as no ensino médio era formada por 82% de alunos/as de estabelecimentos estaduais de ensino e por 16,6% de estudantes pertencentes à rede particular. Os/as primeiros/as ocupavam 36,2% das vagas ofertadas pela UFPB e os/as segundos/as, 36,4% de nossos assentos escolares. Os números tornavam-se ainda mais gritantes ao compararmos estes percentuais às presenças negra e branca no estado da Paraíba, as quais, de acordo com os dados do IBGE, do ano 2000, eram de 53,3% e de 42,3% com a presença de negro/as e brancos/as matriculados/as na UFPB.

Tendo-se por base o perfil étnico-racial dos/as discentes da UFPB e também as regras das ações afirmativas adotadas pelas universidades brasileiras, elaboramos uma proposta de cotas na UFPB. Um dos objetivos era demonstrar que as Ações Afirmativas eram uma realidade em diferentes países, tais como: Malásia, Noruega, Uganda, Bélgica, não sendo uma realidade restrita aos Estados Unidos da América. O debate, iniciado no âmbito do MSN, adentrava as espinharas da UFPB, num momento que nacionalmente já tínhamos 79 Universidades que haviam adotado as ações afirmativas.

Após um árduo processo de implantação, em pleno ano de 2019, é possível atestar o sucesso da aprovação das cotas na UFPB, comparando-se o perfil de nossos discentes, em função de seu pertencimento étnico-racial.

Um ponto que não conseguimos que fosse discutido, na longa caminhada em defesa prol das cotas e que ainda é uma grande interrogação no âmbito da UFPB, é a permanência



dos/as estudantes cotistas, pois, até o presente momento, não conseguimos avançar no debate no sentido de garantir condições de permanências para aqueles/as que delas necessitam. Um ponto de partida, o qual, dentre outros, foi apresentado oficialmente, no ano de 2011, para o então Reitor Rômulo Polari, foi a reserva de parte das bolsas dos programas acadêmicos: Programa de Licenciatura (PROLICEN), Programa de Iniciação Científica (PIBIC), PROBEX, Programa de Tutoria (PROTUT), para estudantes cotistas.

Como conselheiro, conquistei respeito entre meus pares pela seriedade com a qual tratava os diferentes temas que nos eram enviados e também pela frequência e rapidez com que elaborava e levava os relatos para serem votados. Foi durante minha primeira passagem pelo CONSEPE e como integrante da comissão responsável pela elaboração da proposta de cotas para a UFPB que as ações afirmativas foram aprovadas em nossa instituição de ensino em 2010. Este foi o principal motivo que me levou a ocupar um espaço no Conselho Universitário da UFPB e avalio que consegui o meu intento, aprofundar o debate e colaborar com a aprovação das cotas nos cursos de graduação da UFPB. O debate discursivo em torno das cotas também me levou à produção escrita e do material produzido, do qual destaco o artigo: “Desigualdade de oportunidades e as políticas de ações afirmativas”, publicado em 2011, e um capítulo de livro intitulado: “Raça/Etnia e Classe: A presença feminina em cursos de graduação da Universidade Federal da Paraíba”, o qual veio a público no ano de 2013.

Como pode ser visto na tabela 1, antes da adoção da política de cotas na UFPB, o percentual de discentes negros/as encontrava-se em queda ao compararmos os dados dos anos compreendidos entre os anos de 2007 e 2010, observando-se a reversão deste quadro após a adoção desta política de ação afirmativa. A variação que era negativa no período 2007/2010 torna-se positiva a partir do ano de 2011, ou seja, contrariando as expectativas negativistas, as cotas deram certo.

**Tabela 1.** Percentual de discentes da UFPB entre os anos de 2007 e 2017 matriculados/as em cursos presenciais, segundo sexo e pertencimento étnico-racial.

| Ano/cor         | Mulheres     |             |              |              | Homens       |             |              |              |
|-----------------|--------------|-------------|--------------|--------------|--------------|-------------|--------------|--------------|
|                 | Amarela      | Branca      | Indígena     | Negra        | Amarelo      | Branco      | Indígena     | Negro        |
| 2007            | 5,99         | 46,45       | 1,12         | 46,45        | 3,1          | 48,89       | 1,46         | 46,55        |
| 2008            | 4,22         | 45,67       | 0,98         | 49,13        | 3,77         | 45,65       | 1,02         | 49,56        |
| 2009            | 4,42         | 46,42       | 1,07         | 48,08        | 3,86         | 46,79       | 1,18         | 48,17        |
| 2010            | 3,54         | 49,82       | 0,73         | 45,91        | 2,15         | 51,52       | 1,11         | 45,22        |
| <b>Variação</b> | <b>-2,45</b> | <b>3,37</b> | <b>-0,39</b> | <b>-0,54</b> | <b>-0,95</b> | <b>2,63</b> | <b>-0,35</b> | <b>-1,33</b> |
| 2011            | 3,00         | 48,66       | 0,86         | 47,48        | 2,14         | 49,11       | 1,00         | 47,75        |



|                  |              |               |             |              |              |               |             |              |
|------------------|--------------|---------------|-------------|--------------|--------------|---------------|-------------|--------------|
| <b>2012</b>      | 2,76         | 45,36         | 0,75        | 51,13        | 1,93         | 45,05         | 1,08        | 51,94        |
| <b>2013</b>      | 2,41         | 42,83         | 0,77        | 53,99        | 2,09         | 44,25         | 0,64        | 53,03        |
| <b>2014</b>      | 2,89         | 36,51         | 1,07        | 59,52        | 1,94         | 39,65         | 1,27        | 57,15        |
| <b>2015</b>      | 2,17         | 31,67         | 1,21        | 64,95        | 2,33         | 40,28         | 1,72        | 55,68        |
| <b>2016</b>      | 2,49         | 34,76         | 1,47        | 61,29        | 2,1          | 35,49         | 1,54        | 60,87        |
| <b>2017</b>      | 2,37         | 34,24         | 1,57        | 62,08        | 1,28         | 35,8          | 1,43        | 61,49        |
| <b>Varição 1</b> | <b>-0,63</b> | <b>-14,42</b> | <b>0,71</b> | <b>14,60</b> | <b>-0,86</b> | <b>-13,31</b> | <b>0,43</b> | <b>13,74</b> |

*Fonte:* Dados tabulados a partir de informações recebidas do Núcleo de Tecnologia da UFPB.

A partir do dia 8 de junho de 2016, passei a integrar a Comissão da Pró-Reitoria de Pós-Graduação responsável pela elaboração da minuta de resolução visando à adoção de políticas de ação afirmativa nos cursos e programas de Pós-Graduação da UFPB. No dia 12 de setembro desse mesmo ano, a proposta foi para discussão e votação no CONSEPE. Depois de um intenso e duro debate, logramos a aprovação da minuta com 17 votos a favor, um contrário e com duas abstenções, porém, ao longo das discussões, a proposta inicial havia sido duramente desmontada. Diante do plenário que se desfazia, devido ao término da reunião, comemorei e não deixei transparecer diante dos/das adversários/as políticos/as o meu descontentamento e que, na verdade, diante da desconfiguração realizada pelo conjunto de conselheiros/as, não estávamos, exatamente, diante de uma vitória.

#### • ARTICULAÇÃO COM O MOVIMENTO SOCIAL NEGRO

A partir de minha iniciação no MSN, em abril de 1982, na cidade de Londrina, Norte do Paraná, já transcorreram 37 voltas ao redor de Rá (1982-2019), tive a chance de atuar como ativista ligado a diferentes entidades deste segmento do MSN em localidades, tais como: São Paulo, no Grupo de Consciência Negra da USP e em João Pessoa no MOVANE – Movimento Negro de João Pessoa, IRE – Instituto de Referência Étnica, Bamidelê e NEABI – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Universidade Federal da Paraíba.

Minha porta de entrada deu-se por intermédio do Grupo de União e Consciência Negra. Nele trabalhei ao lado de Idalto, Walmir, Jane, Márcia, Sonia, Nilton, dentre outros/as ativistas. Como integrante desse grupo, levei o debate racial para o interior do curso de Ciências Biológicas e, numa articulação com o Centro Acadêmico desse curso, participei da



organização do debate “Há racismo em Londrina<sup>21</sup>?”. O evento ocorreu em julho de 1985 e na minha fala já denunciava a falácia da “democracia racial”, da grande presença negra na base da pirâmide de ocupação e salarial e da grande ausência deste segmento populacional nos cursos universitários. Durante minha passagem pela cidade de Campinas, meu ativismo meio que ficou em compasso de espera, pois, embora tenha tentado uma vinculação com o MSN, não tive sucesso. Lembro-me de várias conversas com um ativista do Movimento Negro Unificado, o Celso, à época funcionário do Departamento de Botânica da UNICAMP, mas que não frutificou numa aproximação maior.

Na capital do estado de São Paulo, para onde me mudei por conta do curso de doutorado, em 1992, tive o ensejo de atuar junto ao Núcleo de Consciência Negra na USP, entidade na qual contribuí para a fundação do Cursinho Pré-universitário. Nesse grupo, tive a oportunidade de atuar em conjunto com Luis Carlos Santos, Hilário Bispo, Fernanda Lopes, Fernando Conceição, Solange Rocha, Tânia, Ronaldo, dentre outros/as. No cursinho, atuei como professor e também como coordenador e dentre as minhas funções estava a contratação de novos/as docentes. Tive a satisfação de selecionar, por exemplo, Andréa Lisboa e Rosângela Malaquias, as quais entrevistei e acreditei na contribuição que poderiam ofertar e que, realmente, ofertaram na preparação do conjunto de discentes com o qual tivemos a chance de trabalhar no cursinho pré-vestibular voltado, principalmente para estudantes negros/as.

No ano 2000, já doutor, passei a integrar um grupo de ativistas que foi se articulando e se reunindo, aprofundando as conversas, o que culminou com a fundação do Instituto de Referência Étnica (IRE), em 09 de dezembro do ano 2000. Fiz parte da primeira coordenação como coordenador de projetos. Fomos a primeira entidade do MSN do estado da Paraíba a possuir o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ). No ano de 2001, um grupo de mulheres negras, formado por Eufrásia Nyaki, Solange Rocha e Maria José, entre outras, se articulou e fundou a Bamidelê, Organização de Mulheres Negras do Estado da Paraíba. O primeiro grupo de feministas negras que tratam de forma interseccional as temáticas raciais. Foi com as mulheres da Bamidelê que aprofundei minha educação para questões de gênero. Minha ligação com esta ONG frutificou em projetos de extensão e de ensino voltados para educação sexual, sexualidade e saúde reprodutiva que foram desenvolvidos na UFPB.

---

<sup>21</sup> Atividade foi coordenada pela antropóloga Marcolina Carvalho do Departamento de Ciências Sociais da FUEL.



A atuação docente em articulação com o MSN me levou a escrever sobre temática racial. No ano 2000, publiquei o texto “A escola como instrumento de resgate da cidadania” na revista do *Núcleo de Estudos Negros*. O artigo inseria a escola no centro do debate para a efetivação de direitos da população negra e foi minha primeira produção mais longa e elaborada sobre o assunto, ao qual me dedico hoje junto ao programa de Pós-Graduação do Centro de Educação da UFPB. A produção tinha por base a pesquisa bibliográfica e hoje, se fosse reescrevê-la, alteraria diferentes aspectos sendo o principal deles o título. No título, utilizei a palavra resgate e, após 18 voltas ao redor de Rá (2019-2000) e um debate intenso em torno da Lei nº 10639/2003, vejo que o termo se mostra inadequado, pois como vamos resgatar algo que ainda se encontra em disputa?

Contribuí ainda com alguns textos para o jornal dos Agentes da Pastoral Negra (APNS), *Negra Voz*: “O futuro chegou e agora” e “Por um outro 13 de maio”, o qual foi redigido em parceria com Solange Pereira da Rocha. Em 2003, após minha palestra sobre miomas uterinos, na cidade do Rio de Janeiro, fui convidado, por uma integrante do Conselho Estadual de Saúde do Rio de Janeiro, a contribuir com uma cartilha voltada para divulgar doenças prevalentes na população negra. O texto intitulado “As mulheres negras e os miomas uterinos” discorria a respeito da maior incidência da miomatose neste grupo populacional. Foi uma escrita especialmente cuidadosa, pois era um material direcionado para um público leigo e carente de informações especializadas. Tive o cuidado, por exemplo, de antes de encaminhar a versão final, direcioná-la para a apreciação do Grupo de Mulheres da cidade de Santa Rita, por intermédio de uma de suas lideranças, Verônica Lopes.

Fiz parte do grupo de 13 docentes<sup>22</sup>, pertencentes a 6 diferentes Centros de ensino da UFPB que fundou o Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI)<sup>23</sup>, o qual é vinculado ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), sendo um órgão suplementar da Universidade Federal da Paraíba. Sua fundação foi uma estratégia para o enfrentamento à ausência do debate étnico-racial no âmbito da UFPB, e se destina prioritariamente a coordenar, desenvolver, orientar e executar estudos, pesquisas e atividades de ensino e extensão sobre as populações negras e povos indígenas. No mesmo ano de seu

---

<sup>22</sup> Os/as docentes fundadores/as do NEABI/UFBP foram: Ana Cristina Marinho, Cristina Furtado Matos, Damiano de Lima, Eduardo Fernandes de Araújo, Elio Chaves Flores, Gisele Cortes, Marco Aurélio Paz Tella, Marluce Pereira, Mirian Aquino, Vitória Lima, Solange Rocha e Surya Pombo de Barros e Antonio Novaes.

<sup>23</sup> Regulamentado por meio da Resolução 07/201241 do Conselho Universitário da UFPB. Disponível em [https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/20151520403809099669a3638b7bd981/Runi07\\_2012.pdf](https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/20151520403809099669a3638b7bd981/Runi07_2012.pdf). Acesso em 12 jan 2020.





estabelecimento, o NEABI/UFPB concorreu ao edital 02/2012 do Programa de Extensão Universitária do Ministério da Educação e Cultura, o PROEXT, propondo o PROAFRO: Programa de Promoção da Igualdade Racial e Valorização da Matriz Cultural Africana no Estado da Paraíba/Nordeste/Brasil, com a coordenação geral de Solange Rocha, e que compunha três projetos de trabalho. Atuei junto ao Projeto 03: Formação Docente e Educação Antirracista: repensando nossa escola, coordenado, como apontado anteriormente, pela Professora, Dra. Cristina Matos. Nesse projeto, tive a oportunidade de ofertar, dentro do conjunto de atividades propostas, duas palestras, uma sobre saúde da população negra e outra sobre tecnologia no mundo africano, cujo foco principal foi o *Taa Meru* (Antigo Egito). A partir dessa experiência me aproximei de autores/as, tais como: Guerreiro Ramos (1915-1982), Cheick Anta Diop (1923-1986), Frantz Fanon (1925-1961), Lélia Gonzales (1935-1994) e Beatriz Nascimento (1942-1995).

Minha participação nesse projeto impactou tanto minha formação quanto minha produção bibliográfica, pois passei a ler e a escrever também sobre o *Taa Meru* (Antigo Egito). Desse penejar, destaco três capítulos de livros: 1) “A Lei nº 10.639/2003 e a saúde/mumificação no Antigo Egito: da teoria à prática” (Silva, 2015); 2) “Luz, Câmera, (educ)ação: o povo da esfinge e o seu legado como conteúdos interdisciplinares na sala de aula” (Silva, Rocha, 2018); e 3) “Os/As *remetu-kemi*: o povo que construiu as pirâmides<sup>24</sup>” (Silva, 2019).

### **SO-DAYI<sup>25</sup>: SEGUINDO E BUSCANDO NOVOS CAMINHOS**

No meu terceiro ano do ensino primário, cursado em 1970, no Grupo Escolar Nossa Senhora de Lourdes, em Londrina, tive aulas com a professora chamada de Dona Branca. Uma frase sua da qual não me esqueço é que nós, aquele grupo de meninos/as sentados/as à sua frente, construiríamos o futuro do Brasil. Após 49 voltas ao redor de Rá e como professor, acredito que minha atuação, crítica, não comodista em sala de aula, contribua para a formação de profissionais comprometidos/as não somente com o ato de ensinar, mas com o ato de educar auxiliando na construção do porvindouro de nosso país.

---

<sup>24</sup> O e-book pode ser acessado em: <<http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/view/69/3/150-1>>

<sup>25</sup> Léxico originário do povo Dogon que habita o Mali e Burquina Faso, dois territórios da África Ocidental: “a palavra nítida” - que se ocupa com o conhecimento em sua complexidade e com sua aplicação prática (KARENGA, 2009, p. 355).

Fortalece-me saber que levei para sala de aula, sempre que possível, um pensamento afrocentrado, o qual foi pautado no tripé da interdisciplinaridade, pregnância e intencionalidade (Silva, 2016) os quais, em conjunto, contribuíram para a elaboração da autonomia do/as discentes, pois fui para dialogar. Não me fiz presente diante dos/as discentes apenas para ensinar, mas os/as eduquei dentro do princípio de Foucault (1996) para quem educar é acesso a um determinado tipo de discurso, pois a forma como venho atuando me dá a certeza de não ter modelado a vontade dos/as discentes com os quais tive a responsabilidade de trabalhar tendo procurado “reinterrogar as evidências e os postulados, abalar os costumes, os modos de fazer e de pensar, dissipar as familiaridades admitidas” (Grisotto, 2011, p. 186).

As dificuldades acadêmicas que encontrei ao longo de minha vida escolar nunca impediram de ser um docente franco e aberto ao diálogo, pois não era um expectador e fazia parte do processo (Deus, 2019). Essas, muito pelo contrário, incentivaram-me a buscar caminhos para que barreiras fossem superadas bem como prover os/as futuros/as professores/as, com os quais contribuí na formação, de ferramentas e instrumentos que os/as habilitassem a lidar com habilidade e respeito com situações semelhantes.

Observando as atividades realizadas, percebo que desenvolvi, em associação com orientandos/as, uma linha de fronteira no conhecimento em que a Biologia mostra-se intimamente articulada com a Lei 10.639/2003. Porém algo que tem muito me inquietado é a falta de alcance que estes saberes apresentam. Muito do que foi desenvolvido não alcança docentes e discentes em salas de aulas que não são as minhas ou as de um/a ex-aluno/a que tenha trabalhado comigo. É preciso mais, é necessário muito mais.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. *Professores e Professores: Reflexões Sobre a Aula e Práticas Pedagógicas diversas*. Petrópolis: Vozes: 2012.

BRASIL. *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais*. Brasília: SECAD: 2006.

CANDAL, Joël. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto: 2016.

CIAMPA, Antonio da Costa. *A Estória do Severino e a História da Severina: um ensaio de Psicologia Social*. São Paulo, Brasiliense, 2001.

DOMINGOS, Luis Tomas. A Visão Africana em Relação À Natureza. *Revista Brasileira de História das Religiões*, Maringá, n. 9, v. 3, 2011, p.1-11.

DEUS, Zélia Amador de. Políticas De Ação Afirmativa como Estratégia de Construção da Igualdade Racial. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], v. 11, n. Ed. Especi, p. 87-100, maio 2019. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/684>>. Acesso em: 21 set. 2019.

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Salvador: EDUFBA: 2008.

FERREIRA, Nadiá Paulo. Jacques Lacan: Apropriação e Subversão da Linguística. *Ágora* (Rio J.) [online]. 2002, vol.5, n.1 [cited 2019-05-02], p.113-131. Available from: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-14982002000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982002000100009&lng=en&nrm=iso)>. ISSN 1516-1498. <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982002000100009>. Acesso em: 21 set. 2019.

FRANCISCO JÚNIOR, Wilmo Ernesto. Educação Anti-Racista: Reflexões e Contribuições Possíveis do Ensino de Ciências e ee Alguns Pensadores. *Ciência e Educação*, Bauru, n. 3, v. 14, 2008, p. 397-416.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola: 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1992.

GRISOTTO, Américo. Foucault: Contribuições da Dimensão Ética ao Professor. *Filosofia e Educação*, Campinas, n. 1, v. 3, 2011, p. 175-193.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: A Questão da Ciência Para o Feminismo e o Privilégio da Perspectiva Parcial. *Cadernos Pagu*, n.5, 1995, p. 07-41.

KARENKA, Maulana. A função e o Futuro dos Estudos Africana: Reflexões Críticas Sobre sua Missão, Seu Significado E Sua Metodologia. In: LARKIN, Elisa. *Afrocentricidade: Uma Abordagem Epistemológica Inovadora*. São Paulo: Selo Negro: 2009.

LOPES, Nei; MACEDO, José Rivair. Dicionário de história da África, séculos VII a XVI. Belo Horizonte, Autêntica, 2017.

LIPPOLD, Walter G. Rodrigues. A África de Fanon: Atualidade de Um Pensamento Libertário. In: MACEDO, José Rivair (Org.). *O pensamento africano no século XX*. São Paulo: Outras Expressões: 2016.

LORDE, Audre. *La Hermana, la Extranjera*. Madrid: Horas Editorial: 2003.

MORAES, Maria Cândida. Ambientes de Aprendizagem como Expressão de Convivência e Transformação. In: MORAES, Maria Candido; NAVAS, Juan Miguel Batalloso (Orgs.). *Complexidade e Transdisciplinaridade em Educação*. Rio de Janeiro: Wak: 2010.

MORIN, Edgard. *Meus Demônios*. Rio de Janeiro: Bertrand:1977.

NASCIMENTO, Abdias do. *O Genocídio do Negro Brasileiro. Processo de Um Racismo Mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1978.



OLIVEIRA, Ariosvalber de Souza. Umbuntu Ngumunto Ngabantu: Refletindo Sobre os Desafios e Possibilidade do Ensino da História e Cultura das Áfricas à Luz da Lei 10.639/2003. In: \_\_\_\_\_; SILVA, Moisés Alves; AIRES, José Luciano Queiróz (Orgs.). *Nas Confluências do Axé: Refletindo os Desafios e Possibilidades de Uma Educação Para as Relações Étnico-Raciais*. João Pessoa: Editora do CCTA: 2015.

PASSEGGI, Maria da Conceição. Narrar é humano! Autobiografar é um processo civilizatório. In: PASSEGGI, Maria da Conceição; SILVA, Vivian Batista (Org.). *Invenções de vida, compreensão de itinerários e alternativas de formação*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 103-130.

PORTOCARRERO, Vera. *As Ciências da Vida: de Canguilhem a Foucault*. Rio de Janeiro: Fiocruz: 2009.

REGO, Teresa Cristina. Trajetória Intelectual de Pesquisadores da Educação: a Fecundidade do Estudo dos Memoriais Acadêmicos. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 58, v. 19, 2014, p. 779-800.

ROCHA, Solange; SILVA, José Antônio Novaes da. À luz da Lei 10.639/03, Avanços e Desafios: Movimentos Sociais Negros, Legislação Educacional e Experiências Pedagógicas. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], v. 5, n. 11, p. 55-82, out. 2013. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/189>>. Acesso em: 22 set. 2019.

SILVA, José Antônio Novaes da; FONSECA, Ivanildes. *Gestantes Negras: Vulnerabilidade, Percepções de Saúde e Tratamento no Pré-natal na Grande João Pessoa (Paraíba)*. João Pessoa: Ideia: 2010.

SILVA, José Antonio Novaes da; ROCHA, Solange Pereira. Luz, Câmera, (educ)ação: o Povo da Esfinge e o seu Legado como Conteúdos Interdisciplinares na Sala de Aula. In: Solange P. Rocha; Matheus Silveira Guimarães (Orgs.). *Travessias Atlânticas e a Paraíba Afro-diaspórica: A Paraíba no Pós-Abolição e no Tempo Presente - Racismos e Trajetórias de Resistências*. João Pessoa: Editora da UFPB: 2018: (v. 2).

SILVA, José Antonio Novaes da; ROCHA, Solange Pereira da. Por Outro 13 de Maio. *Negra Voz*, v. 5, 2000, p. 7 p.55-82.

SILVA, José Antonio Novaes da. O Futuro Chegou e Agora. *Negra Voz*, v. 3, 2000, p. 10.

SILVA, José Antonio Novaes da. *As Mulheres Negras e os Miomas Uterinos: Cartilha de saúde da população negra*. Rio de Janeiro: Editora do Estado, 2002.

SILVA, José Antonio Novaes da. Condições Sanitárias e de Saúde em Caiana dos Crioulos, uma Comunidade Quilombola do Estado da Paraíba. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 16, n. 2, 2007, p.111-124. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902007000200011&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902007000200011&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 19 out. 2019.

SILVA, José Antonio Novaes da. Homens Jovens na Seara da Saúde Reprodutiva: Ação Desenvolvida No Município de Lucena-PB. In: LIMA JÚNIOR, Luiz Pereira de. *Olhares Inusitados: Sexualidade, Meio Ambiente e Educação*. João Pessoa: EDUFPB: 2009.

SILVA, José Antonio Novaes da. *Desigualdade de Oportunidades e as Políticas de Ações Afirmativas*. *Conceitos*, João Pessoa, v. 9, n. 16, 2011, p. 65 - 71.



SILVA, José Antônio Novaes da. A Lei 10639/2003 e a Saúde/Mumificação no Antigo Egito: da Teoria a Prática. In: SILVA, José Antônio Novaes da; BRAGA, Cláudia F. *UFPB Na Sua Escola: a Ciência em suas Mãos*. João Pessoa: CCTA: 2015.

SILVA, José Antonio Novaes da. Reflexões e Estratégias Para a Construção de uma Educação Antirracista. In: NASCIMENTO, Cláudio Orlando Costa; ALVES, Rita de Cássia Dias Pereira. *Formação cultural: Sentidos epistemológicos e políticos*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016. (v.3).

SILVA, José Antonio Novaes da. Os/As remetú-kemi: o Povo que Construiu as Pirâmides. In: Garcia, Maria de Fátima Garcia; \_\_\_\_\_ (Orgs.). *Africanidades, Afrobrasilidades e Processo (Des)colonizador: Contribuições à Implementação da Lei 10.639/03*. João Pessoa: EDUFPB: 2019.

SOARES, Magda Becker. *Metamemória-memórias: Travessia de uma Educadora*. São Paulo: Cortez: 2001.

*Recebido 30/11/2019*

*Aprovado em: 30/01/2020*